



Informativo Plenarium

Informativo oficial do TRE-SE | Ano XIV - nº 41 - junho de 2021



SEGURANÇA DA URNA ELETRÔNICA E DAS ELEIÇÕES



Servidor destaque:
Anselmo Aragão Mota,
8ª Zona Eleitoral



Entrevista com o
Dr. **Marcos de
Oliveira Pinto**



Ética e integridade
Desa. **Iolanda
Santos Guimarães**

Editorial

No dia 13 de maio de 1996, há 25 anos, o TSE enviou as primeiras urnas eletrônicas aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) para que fosse conhecido o equipamento que seria utilizado nas eleições municipais daquele ano. Em mais de duas décadas, a urna passou por evoluções, e o voto eletrônico consolidou-se como um instrumento seguro para o exercício da democracia.

A **matéria de capa** do informativo **PLENARIUM** deste mês traz uma série de explicações sobre o funcionamento do sistema eletrônico de votação, aborda desde a fase de programação dos *softwares* até a auditoria referente aos procedimentos. Algumas curiosidades sobre as urnas eletrônicas e dicas para identificar *fake news* também estão presentes.

A entrevista especial com o juiz **Marcos de Oliveira Pinto**, que tomou posse como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe no dia 27 de abril de 2021, abrilhanta o informativo. O magistrado falou sobre sua experiência ao longo dos mais de 20 anos na magistratura, sua percepção sobre o papel da Justiça Eleitoral no Estado Democrático de Direito, combate à desinformação, sua indicação como diretor da Escola Judiciária Eleitoral, entre outros assuntos.

A revista eletrônica expressa justa homenagem a **Anselmo Aragão Mota**, servidor efetivo da Prefeitura de Itabi, requisitado pela Justiça Eleitoral por diversos períodos desde 1994 e que, atualmente, está lotado na 8ª ZE (Gararu).

Na coluna **ACONTECEU**, rememoramos os principais fatos ocorridos no âmbito da Justiça Eleitoral de Sergipe no mês de maio, a exemplo da 3ª, 11ª, 17ª e 34ª Zonas Eleitorais, que concluíram a digitalização de 100% do arquivo, da Coordenadoria de Planejamento Estratégia e Governança (COPEG), que disponibilizou às unidades do Tribunal material didático, documentos e arquivos padronizados que facilitam a modelagem de processos...

Por fim, o Memória Eleitoral conta o emblemático caso do Macaco Tião, candidato não oficial à Prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições de 1988. O episódio é conhecido mundialmente por ser a maior quantidade de votos de protesto registrada na história. À época, o primata recebeu aproximadamente 400 mil votos.

Que você tenha agradável leitura!
Equipe Ascom.



ASCOM
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO TRE/SE

PRESIDENTE

Desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargadora Iolanda Santos Guimarães

JUÍZES MEMBROS

Gilton Batista Brito

Edivaldo dos Santos

Raymundo Almeida Neto

Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas

Marcos de Oliveira Pinto

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Heitor Alves Soares

DIRETOR GERAL

Rubens Lisboa Maciel Filho

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro
DRT 1037

REVISÃO

André Frossard

João Lover

Kátia Gomes

PROJETO GRÁFICO

Jéssica Alves

Luigi Abdias

FOTOGRAFIAS

ASCOM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo

Gov. Augusto Franco - CENAF

Lote 7 Variante 2 - Bairro Capucho

Sumário

Servidor destaque.....	4
Ética e integridade.....	4
Aconteceu.....	5
Segurança da urna eletrônica e das eleições.....	8
Entrevista com o Dr. Marcos de Oliveira Pinto.....	13

Memória Eleitoral



O Macaco Tião

Relembramos o emblemático caso do Macaco Tião, "candidato" à Prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições de 1988. O episódio é conhecido mundialmente por ser a maior quantidade de votos de protesto registrada na história. À época, o primata recebeu aproximadamente 400 mil votos.

O Macaco Tião tornou-se celebridade quando, em 1988, foi lançada a sua candidatura à Prefeitura do Rio de Janeiro pela revista humorística Casseta Popular (Casseta e Planeta), com o apoio do deputado Fernando Gabeira (PV).

Caso a candidatura de Tião fosse validada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (o que seria impossível juridicamente), os 400 mil votos recebidos deixariam Tião como o 3º melhor colocado no pleito daquele ano. Tal fato colocou-o no Guinness World Records como o chimpanzé a receber mais votos no mundo.

Isso só foi possível, naquele momento, porque ainda não se usava urna eletrônica. Os votantes podiam escrever qualquer coisa na cédula de papel. A partir do pleito de 1996, a urna eletrônica passou a impedir que as pessoas votassem em Tião, pois ele não estava cadastrado no sistema, ou seja, não estava na relação de candidatos(as) contida na urna.

Famoso nacionalmente, vários jornais brasileiros e também o francês Le Monde (matéria de capa) registraram a notícia do falecimento do macaco, em 23 de dezembro de 1996. Tião morreu com diabetes, aos 33 anos. Foi decretado luto oficial de 3 dias no município do Rio de Janeiro, bem como as bandeiras da Fundação RioZoo foram hasteadas a meio-mastro.

Aniversariantes DE JUNHO

02 Cristiane Moura de Figueiredo Déda
03 Patrícia Ancelmo Sales
04 Maria Amanda Leite de Melo
04 Maria do Rosário Martins
05 Fabiano Garcia Moreno Lima
05 Najara Evangelista
07 Maria do Carmo Queiroz Ferreira
08 Genicleide Lemos Bento
08 João Ferreira da Silva
09 Flávia Thais Andrade Costa
09 José Edson Carvalho Santos
10 Cosme Rodrigues de Souza
10 Maria Aparecida de Oliveira
11 Adriana de Castro Britto
13 Ana Claudia Alvares Dias Todt
15 Allan Augusto Batista Santos
15 Josefa Suely dos Reis Fontes
19 Márcia Andrade dos Santos Lima
22 Martha Maria de Paula Valente
22 Paulo Gouveia Dória
22 Sérgio Anderson Dias
23 Nivaldo Joaquim de Lima Júnior
24 Camila Costa Brasil Portela
25 Daiane do Carmo Mateus
26 Maria Lélia Carvalho Machado
27 Wellington Lobo Santos
28 Jamille Secundo Melo
28 João Carlos Chaves de Novais
29 Poliana Bezerra Gomes de Santana
30 Gineide dos Santos

Servidor destaque

Anselmo Aragão Mota, 8ª ZE

Na 8ª Zona Eleitoral do Estado de Sergipe, é destaque o servidor requisitado **Anselmo Aragão Mota**, pertencente ao quadro de efetivos da Prefeitura Municipal de Itabi. Já foi requisitado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) por diversos períodos desde 1994. Atualmente, desempenha as atribuições no Cartório Eleitoral da 8ª Zona, na qual labora desde 2013.

Anselmo relembra que, durante o início dos trabalhos no Cartório Eleitoral de Gararu, auxiliou nas eleições, bem como participou

dos trabalhos itinerantes nos povoados da circunscrição, nesse caso, ensinou aos eleitores o manuseio da urna eletrônica. Nestes últimos meses, presta relevantes serviços com a digitalização de processos.

O personagem em evidência contou que sente enorme satisfação em atender ao público e afirmou que “é uma honra servir à Justiça Eleitoral”. Anselmo já exercia função similar como assistente administrativo da Prefeitura de Itabi.



O chefe de cartório da 8ª ZE, **Gustavo Alves Goes**, enaltece: “O servidor Anselmo Aragão é altamente solícito e responsável em relação às suas atividades profissionais.” O Juiz Eleitoral da 8ª ZE, Dr. **Glauber Dantas Rebouças**, reconhece “o excelente desempenho do servidor Anselmo Aragão, que merece todas as homenagens por conta da atuação na Justiça Eleitoral sergipana”.

Ética e integridade

Iniciamos, hoje, uma série de artigos sobre ética e padrões de conduta esperados dos servidores e dos colaboradores da Justiça Eleitoral de Sergipe. Nosso objetivo é sensibilizar e motivar a adoção de um comportamento ético e profissional inspirado na humanização das relações interpessoais e no aperfeiçoamento da cultura de cooperação, de participação e de auxílio mútuo.

Alguns dos princípios elencados no Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (Resolução TRE-SE n. 120/2015): compromisso com a cidadania e os interesses da sociedade; eficiência e tempestividade dos serviços

prestados; cortesia no atendimento aos eleitores; conhecimento e observância das normas de acessibilidade; ênfase à politização do eleitorado; neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica; sustentabilidade socioambiental; humanização da cultura organizacional e institucional; inclusão, integração e tratamento igualitário de todos os servidores e colaboradores; promoção da saúde e da boa convivência no ambiente de trabalho.

Entende-se por colaborador o estagiário, o terceirizado e toda



Autora do artigo: Desa. Iolanda Santos Guimarães

peessoa que presta serviço ou desenvolve, na Justiça eleitoral de Sergipe, qualquer atividade de natureza permanente, temporária ou excepcional, mesmo que sem retribuição financeira direta ou indireta por parte do Tribunal.

Na próxima edição do informativo PLENARIUM, voltaremos com mais conteúdo referente à ética e à integridade. Até breve!

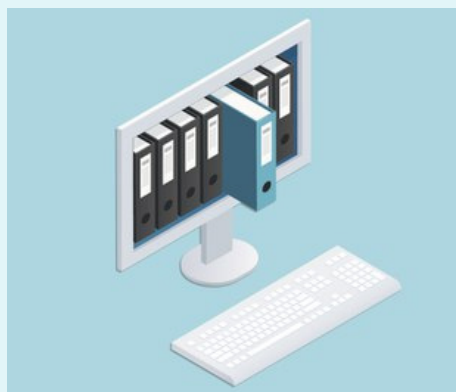
A C O N T E C E U

POLÍTICA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO

Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação disponibilizou a cartilha

A presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação (CEAD) do TRE-SE, Des. **Iolanda Santos Guimarães**, disponibilizou a cartilha educativa, lançada no dia 3/5/2021 pela Comissão Ajufe Mulheres, da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), que elaborou o material em parceria com a Bastet Compliance de Gênero e com o *website* de notícias jurídicas JOTA.

O material tem o objetivo de ofertar conhecimento sobre o tema e, por consequência, promover trabalho digno, saudável, seguro e sustentável. Um dos macrodesafios do Poder Judiciário é o aprimoramento da gestão de pessoas e a melhoria do ambiente organizacional e da qualidade de vida de seus integrantes.



3ª, 11ª, 17ª e 34ª Zonas Eleitorais concluíram digitalização do arquivo

Dando continuidade ao projeto que visa à digitalização de 100% do material arquivado nas 29 Zonas Eleitorais de Sergipe, a 3ª ZE (Aquidabã), a 11ª ZE (Japaratuba), a 17ª ZE (Nossa Senhora da Glória) e a 34ª ZE (Nossa Senhora do Socorro) informaram a conclusão da tarefa.

A 3ª Zona Eleitoral possui jurisdição sobre os municípios de Aquidabã (sede), Cedro de São João e Graccho Cardoso. O juiz eleitoral **Raphael Silva Reis** é a autoridade responsável; e a servidora **Sandra Miranda Conceição Lima**, chefe de cartório, coordenou os trabalhos de migração.

A chefe de cartório da 11ª ZE, **Daniela Vitória Aragão Santos**, gerenciou os trabalhos de digitalização. Além da chefe de cartório, a 11ª ZE conta mais três servidores: **Edileuza Ramos**, **Josélia Silva Santos** e **Maria de Lourdes dos Santos**. O juiz eleitoral **Rinaldo Salvino do Nascimento** é a autoridade responsável.

A 17ª ZE possui jurisdição sobre os Municípios de Nossa Senhora da Glória (sede) e São Miguel do Aleixo. **José Marcelo Barreto Pimenta** é o juiz eleitoral titular; e a chefe de cartório é **Juliana Leite Baptista de Meneses**, que coordenou a equipe do cartório durante o processo de digitalização.

A 34ª ZE exerce jurisdição sobre o município de Nossa Senhora do Socorro, que possui 109.118 eleitores. A chefe de cartório da 34ª ZE, **Valéria Maria dos Santos**, gerenciou os trabalhos de digitalização. O juiz eleitoral **José Adailton Santos Alves** é a autoridade responsável.



10 de maio: Dia da Memória do Poder Judiciário

A Justiça Eleitoral foi criada pelo Código Eleitoral de 1932, Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. A Constituição de 1934 a confirmou, mas a Constituição de 1937 (por conta do Estado Novo de Getúlio Vargas) extinguiu-a.

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) começou a funcionar no dia 30 de julho de 1932. O primeiro presidente foi o desembargador **João Dantas de Brito**. O atual presidente do TRE-SE é o Des. **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**.

A CONTECEU



Coordenadoria de Planejamento Estratégia e Governança disponibilizou material para auxiliar na modelagem de processos

A Coordenadoria de Planejamento Estratégia e Governança (COPEG), disponibilizou às unidades do Tribunal material didático, documentos e arquivos padronizados que facilitam a modelagem de processos e possibilitam aprender sobre as ferramentas necessárias à execução das tarefas de modelagem.

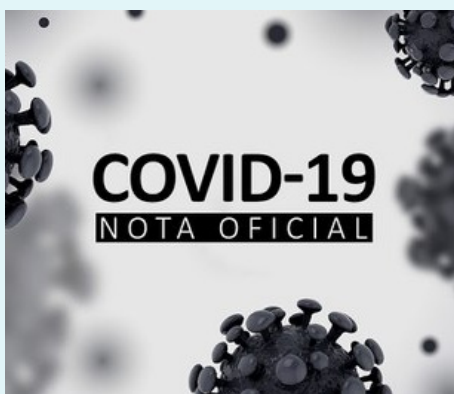
A modelagem de processos de trabalho é cada vez mais exigida no âmbito das instituições públicas, constituindo-se a base para a implementação de diversos instrumentos gerenciais, como a Gestão de Processos, Gestão Estratégica, Gestão de Riscos, Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), Gestão Documental, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entre outros.



Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

Considerada um dos problemas crônicos da sociedade brasileira, a corrupção vem trazendo, ao longo dos anos, sérias consequências sociais e econômicas ao país. No sentido de apoiar as organizações públicas brasileiras para enfrentar a corrupção, no dia 20 de maio, foi lançado o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), que pretende levar conhecimento aos gestores e orientá-los a promover uma administração pública com elevados padrões de integridade.

O PNPC é proposta inovadora adotada pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), coordenada e executada pelas Redes de Controle nos Estados e patrocinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU). Conta com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).



Regime de trabalho não presencial é prorrogado até o dia 18 de junho

No dia 27 de maio, foi publicada no DJE a Portaria Conjunta n. 9/2021, que prorrogou, em caráter excepcional, a suspensão do expediente presencial na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), nas Zonas Eleitorais de todo o Estado, na Central de Atendimento da Capital e no CEAC do Shopping RioMar, até 18 de junho de 2021.

A decisão pela continuidade do regime de trabalho não presencial se deu com base na importância das medidas não-farmacológicas, como o distanciamento social, o uso de máscaras e na promoção de recomendações de higiene com vistas ao necessário controle da pandemia.

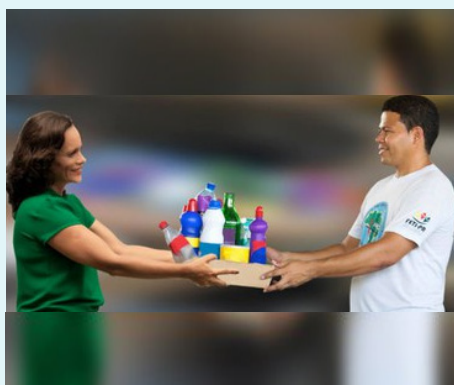
ACONTECEU



Webnário debateu o acesso à justiça, diálogo, diversidade e desenvolvimento

A Comissão Permanente de Democratização e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários do Conselho Nacional de Justiça promoveu no dia 21 de maio o evento intitulado “Acesso à justiça: diálogo, diversidade e desenvolvimento”.

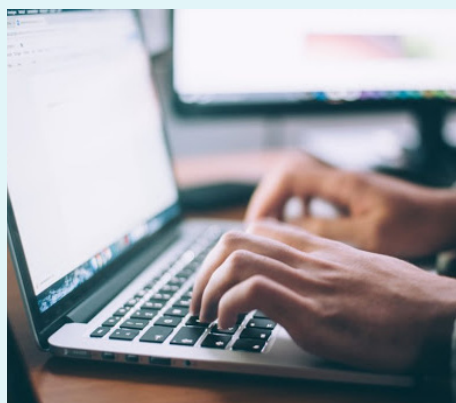
O evento virtual, realizado por meio da plataforma Cisco Webex, teve por objetivo promover o debate institucional e ampliar a interlocução entre magistrados e servidores. Segundo o presidente do TRE-SE, Des. **Roberto Porto**, “é importante que desembargadores, juízes e servidores participem dessas discussões para que, cada vez mais, seja aperfeiçoada a atuação da Justiça Eleitoral, tanto administrativamente quanto judicialmente”.



17 de maio: Dia Internacional da Reciclagem, com destaque para os 3 anos do projeto Coleta Seletiva Solidária do TRE-SE

Em 17 de maio, comemorou-se o Dia Internacional da Reciclagem. Para enfatizar a data, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) rememorou o Projeto Coleta Seletiva Solidária, iniciado em 2018, com a formalização dos Termos de Compromisso com as cooperativas CARE e Reviravolta.

O projeto Coleta Seletiva Solidária do TRE-SE é uma iniciativa contemplada no Plano de Logística Sustentável, que prevê o recolhimento dos resíduos produzidos na sede do Tribunal e nos Cartórios, bem como dos resíduos domiciliares, que são trazidos pelos servidores. Feita a coleta, o material é destinado às cooperativas de catadores, colaborando com o trabalho e o sustento das famílias envolvidas.



Justiça Eleitoral lançou consulta pública sobre as Resoluções aplicadas nas eleições anteriores

Com a divulgação do Edital nº 1/2021 do TSE, a Justiça Eleitoral disponibilizou à sociedade civil a consulta pública que tem o objetivo de coletar a opinião de cidadãos e cidadãs a respeito da aplicação das resoluções do TSE nas Eleições 2020.

A Consulta, que também está disponível no *site* do TRE-SE, vai receber informações (críticas, sugestões e ideias) no sentido de avaliar a percepção daqueles que, nas diversas fases das eleições municipais e sob variados ângulos, lidaram com a execução das normas.

A presidência do TSE elaborará o relatório analítico sobre as contribuições coletadas. O documento será disponibilizado aos grupos de trabalho e aos setores responsáveis por sistemas informatizados referentes às eleições. A meta é desenvolver diagnósticos e propor melhorias.



SEGURANÇA DA URNA ELETRÔNICA E DAS ELEIÇÕES

No dia 13 de maio de 2021, a urna eletrônica completou 25 anos. Na sessão comemorativa, o ministro **Luís Roberto Barroso**, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), destacou que, com o uso da urna eletrônica, nunca se comprovou fraude: “As urnas eletrônicas ajudaram a superar os ciclos da vida brasileira que vêm desde a República Velha, na qual as fraudes se acumulavam.” Disse, ainda, que a votação eletrônica é um processo seguro, transparente e auditável. Afora o sigilo do voto, todas as ações relacionadas são executadas com total transparência.

O TSE lançou, no dia 14 de maio, a campanha que vai contar o passo a passo do desenvolvimento das fases de segurança, transparência e auditabilidade da máquina de votar etc. O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) incorpora essa política e adianta-se expondo, nesta edição do informativo PLENARIUM, as especificidades referentes à urna eletrônica e ao processo de votação. O presidente do TRE-SE, Des.

Roberto Eugênio da Fonseca Porto, afirmou: “Vamos divulgar ao máximo tudo sobre a segurança da urna e do voto eletrônico a fim de que cidadãos e cidadãs estejam bem informados, não se iludam com *fake news* e saibam o quanto a urna e o voto eletrônico são importantes para a democracia.”



História da urna

No dia 13 de maio de 1996, há exatamente 25 anos, o TSE enviou as primeiras urnas eletrônicas aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) para que fosse conhecido o

equipamento que seria utilizado nas eleições municipais daquele ano. Em mais de duas décadas, a urna passou por evoluções. E o voto eletrônico consolidou-se como um instrumento seguro para o exercício da democracia, mantendo-se o sigilo e a igualdade.



O primeiro Código Eleitoral, de 1932, em seu artigo 57, já previa o “uso das máquinas de votar”, regulado oportunamente pelo Tribunal Superior (Eleitoral), assegurado o sigilo do voto. A informatização das eleições foi iniciada com a consolidação do cadastro único e automatizado de eleitores, começado em 1985 e finalizado em 1986. Durante os anos, diversos protótipos de urnas eletrônicas foram apresentados pelos TREs. Em 1994, pela primeira vez, o TSE realizou o processamento eletrônico do resultado das eleições gerais com recursos computacionais da própria Justiça Eleitoral.

Após estudos e testes, os eleitores tiveram o primeiro contato com a urna eletrônica nas eleições municipais de 1996. Na ocasião, mais de 32 milhões de brasileiros, um terço do eleitorado da época, votaram nas mais de 70 mil urnas eletrônicas. Participaram 57 cidades com mais de 200 mil eleitores, entre elas, 26 capitais.

Curiosidades

De acordo com o Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral Internacional (Idea), o **voto eletrônico é adotado por pelo menos 46 nações**. Sete agências de checagem confirmaram essa informação. O Idea é uma organização intergovernamental que apoia democracias sustentáveis em todo o mundo e que conta com 34 países-membros: Suíça, Portugal, Noruega, Austrália e Canadá, além do Brasil... Segundo o Idea, 16 países

adotam máquinas de votação eletrônica de gravação direta. Isso significa que não utilizam boletins de papel e, assim, registram os votos eletronicamente, sem qualquer interação com cédulas.

A urna eletrônica brasileira foi projetada e construída no Brasil, por brasileiros, para brasileiros conforme características e necessidades do país. Não há influência estrangeira no nosso sistema eleitoral. O órgão responsável pelo desenvolvimento dos *softwares* da urna é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Checar antes de compartilhar

Se hoje em dia é comum disseminar desinformação, passa a ser obrigação de qualquer cidadão ou cidadã que receba esses conteúdos falsos verificar essas informações em *sites* de checagem: órgãos que trabalham 24 horas por dia para evitar que as pessoas sejam enganadas.

Por isso, o TSE, com os 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), associou-se a nove agências de checagem de informação e criou a página Fato ou Boato. Nela, o usuário pode procurar as notícias que estão circulando, consultar se são verídicas ou não e ainda ter acesso à versão autêntica dos fatos.



O principal elemento do sistema eletrônico de votação brasileiro é a urna eletrônica. Como diria o ministro Barroso: “nas eleições brasileiras você pode confiar.” Assista ao vídeo da campanha sobre a segurança do voto disponível no YouTube da Justiça Eleitoral. Além de apresentar e comprovar todas as etapas do processo eleitoral, essa campanha tem o objetivo de combater as *fake news* e esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir em relação à segurança.

Auditabilidade

Você sabia que nosso sistema de votação é 100% auditável, desde o desenvolvimento do programa até a totalização dos votos, e que tem a fiscalização e o acompanhamento do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e dos partidos políticos.

O sistema de votação brasileiro passa por nove auditorias: inspeção dos programas em desenvolvimento; teste público de segurança; lacração; certificação do sistema enviado aos tribunais regionais; zerésima; boletim de urna; totalização; teste de integridade; e registro digital do voto. Além disso, a urna eletrônica ainda possibilita a divulgação de resultados no mesmo dia e a eliminação de fraudes, as quais aconteciam com os votos em papel. Qualquer pessoa pode conferir tudo o que foi feito.

Cadastro nacional de eleitores

Neste ano, também são celebrados os 35 anos do Recadastramento Nacional de Eleitores brasileiros. A data é lembrada por ser a referência da criação, por meio da Resolução TSE 12.547/1986, de um sistema que lançou os alicerces para a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e para a unificação do título de eleitor.

No cadastro eleitoral, ficam armazenadas as informações cadastrais e a situação do eleitor, além de dados sobre comparecimento às urnas, justificativa eleitoral, trabalho como mesário, débitos com a Justiça Eleitoral e filiação a algum partido político, entre outras.

A implantação do cadastro nacional dos eleitores abriu caminho para inúmeras inovações e possibilitou o ingresso da Justiça Eleitoral na era da informatização. Os frutos disso: a votação e a totalização de votos por meio eletrônico; a identificação biométrica do eleitorado; o pré-atendimento eleitoral via *internet* (Título Net); a versão digital do título eleitoral (e-Título); e o protagonismo nas ações destinadas à implantação da Identificação Civil Nacional (ICN), entre outros.

Consulte alguns dos serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral.

Evolução da tecnologia

Nos últimos 25 anos, a Tecnologia da Informação (TI) evoluiu enormemente e, com ela, também desenvolveram-se os dispositivos de segurança contidos na urna eletrônica. A Justiça Eleitoral trabalha bastante para garantir que a votação seja segura, transparente e eficiente. A cada dois anos, nova geração de urna é desenvolvida e posta em uso nas eleições na medida em que as urnas mais antigas do estoque vão sendo descartadas ecologicamente e enviadas à reciclagem.

Conheça a evolução da segurança da urna ao longo dos anos!

O primeiro dispositivo de segurança implementado na urna eletrônica já quando ela foi usada pela primeira vez, em 1996, foi a criptografia do Boletim de Urna. Isso significava que os resultados gravados pela urna não poderiam ser modificados até chegarem aos equipamentos responsáveis pela totalização dos votos. O mecanismo garantia a integridade da votação.



Para as Eleições de 2002, foi introduzida a assinatura digital do *software* e dos dados que são utilizados na urna eletrônica, incluindo os resultados produzidos, como o Boletim de Urna. Desde então, as urnas eletrônicas passaram a funcionar somente com os programas desenvolvidos pelo TSE e lacrados pelas autoridades eleitorais, assim como passaram a usar apenas dados legítimos de eleitores e candidatos.

Se houver qualquer tentativa de executar *software* não autorizado na urna eletrônica,

ocorrerá o bloqueio, ou seja, ela para de funcionar. De igual modo, a tentativa de executar o *software* oficial em um *hardware* não certificado resulta no cancelamento da execução do aplicativo.

Em 2003, em substituição à experiência malsucedida do voto impresso em 2002, foi criado o Registro Digital do Voto (RDV). Como funciona: de forma aleatória, insere-se o voto de cada eleitor – criptografado e assinado digitalmente pela urna eletrônica – em uma tabela de tamanho igual à que corresponde à quantidade de eleitores da seção eleitoral. Isso possibilitou manter os votos para recontagem eletrônica a qualquer tempo e acrescentou segurança e transparência.



Em 2005, o TSE passou a desenvolver inteiramente o *software* da urna eletrônica. Em 2008, todos os modelos de urna em uso passaram a funcionar com único sistema operacional, o Linux. Em 2009, foi realizado o primeiro Teste Público de Segurança (TPS) do Sistema Eletrônico de Votação; e as urnas estavam providas de um *hardware* de segurança: o Módulo de Segurança Embarcado (MSE), que protege a transmissão dos votos para a totalização. A partir de cinco edições do TPS, o ponto de partida foram os resultados obtidos pelos participantes com seus planos de ataque, a segurança da urna eletrônica e do sistema eletrônico de votação evoluiu ainda mais. A cada rodada de testes, adotaram-se ainda mais barreiras para as urnas: fortaleceu-se o RDV, a inserção de novas assinaturas digitais em várias camadas do sistema, aumentou-se a diversidade no conjunto de chaves digitais.

Em artigo publicado, o bacharel e mestre em Ciência da Computação pela Universidade de Brasília, **Rodrigo Carneiro Munhoz Coimbra**, que também é analista judiciário do TSE (lotado na Seção de Voto Informatizado), nos

apresenta alguns detalhes importantes para que compreendamos melhor a segurança e a confiabilidade da urna e do processo eleitoral:



Segundo o mestre em computação, “a urna eletrônica utiliza o que há de mais moderno quanto às tecnologias de criptografia, assinatura digital e resumo digital. Toda essa tecnologia é utilizada pelo *hardware* e pelo *software* da urna eletrônica para criar uma cadeia de confiança, garantindo que somente o *software* desenvolvido pelo TSE, gerado durante a Cerimônia de Lacração dos Sistemas Eleitorais, possa ser executado nas urnas eletrônicas devidamente certificadas pela Justiça Eleitoral. Para todo o conjunto de *software* produzido durante a Cerimônia de Lacração dos Sistemas Eleitorais, são geradas assinaturas digitais e resumos digitais. Caso haja qualquer suspeição quanto à autenticidade do *software* da urna eletrônica, as assinaturas digitais e os resumos digitais podem ser conferidos e validados por aplicativos desenvolvidos pelo TSE e por *software* desenvolvido por partidos políticos, pelo MP e pela OAB”, explicou Rodrigo Coimbra.

Quanto à possibilidade de ataques internos

O analista e mestre em computação do TSE esclarece, ainda, que o conhecimento sobre os sistemas eleitorais é segregado dentro do TSE. A equipe responsável pelo *software* da urna não é a mesma que cuida do sistema de totalização. Esse controle de acesso ocorre também em relação ao sistema de controle de versões.

Segundo o especialista, “a quantidade de sistemas eleitorais, em uma eleição, é tão

grande que se torna impraticável um agente interno alcançar um grau de conhecimento que lhe permita realizar algum tipo de ataque. Além disso, durante o período de desenvolvimento dos sistemas eleitorais, são realizados diversos testes tanto pelo TSE quanto pelos TREs, com o objetivo de averiguar o correto funcionamento do conjunto de *softwares*. Os partidos políticos, o MP e a OAB podem acompanhar o desenvolvimento do *software* por meio de inspeção do código-fonte no próprio ambiente no qual serão gerados os aplicativos a serem utilizados nas eleições”, disse.

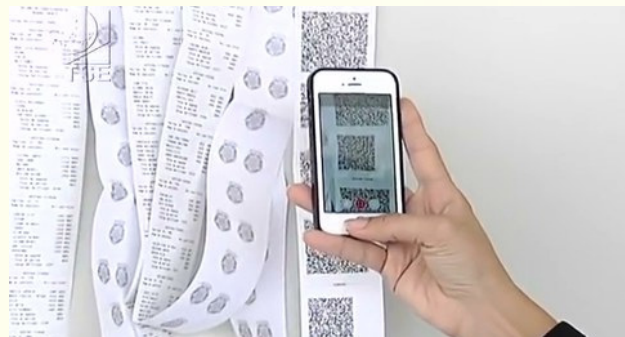


A urna eletrônica brasileira é um projeto maduro. As eleições são seguras, transparentes e muito rápidas. O que fazemos no Brasil serve de modelo e de inspiração para todo o mundo. A segurança e a confiabilidade são frutos do trabalho árduo da Justiça Eleitoral e do acompanhamento de todo o processo pelos órgãos competentes e pela sociedade.

Boletim de urna

Outro mecanismo de verificação é a conferência do boletim de urna. Ao final da votação, o boletim com a apuração dos votos de uma seção transforma-se em documento público. O resultado de cada boletim pode ser facilmente confrontado com o publicado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na *Internet*, seja pela

conferência do resultado de cada seção eleitoral, seja pela conferência do resultado da totalização final. Esse é um procedimento amplamente realizado pelos partidos políticos e coligações há muito tempo, também pode ser feito pelo eleitor.



Os dados que alimentam a urna eletrônica, bem como os resultados produzidos são protegidos por assinatura digital. Não é possível modificar os dados de candidatos e de eleitores constantes na urna. Não é possível modificar o resultado da votação contido no boletim de urna ou o registro das operações feitas pelo *software* (Log) ou mesmo o arquivo de Registro Digital do Voto (RDV), entre outros arquivos produzidos pela urna: todos estão protegidos pela assinatura digital.



O objetivo do presente texto não é levar o assunto segurança do voto à exaustão, nem mesmo detalhar todos os procedimentos que envolvem o fluxo de votação e totalização. Contudo, os parágrafos anteriores já são suficientes para demonstrar a robustez do sistema eleitoral, que é motivo de orgulho nacional.

ENTREVISTA

com o Dr. Marcos de Oliveira Pinto



O entrevistado desta edição do informativo PLENARIUM é o juiz **Marcos de Oliveira Pinto**, que tomou posse como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) no dia 27 de abril de 2021.

O magistrado é graduado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe – UFS (1994) e mestre em Direito, Estado e Cidadania pela Universidade Gama Filho (2004). Lecionou na Universidade Tiradentes (Unit) as disciplinas de Introdução ao Direito, Direito Administrativo I e Direito Administrativo II e os módulos de Direito Administrativo e Teoria da Constituição no curso de Pós-Graduação em Direito da mesma universidade.

Em entrevista exclusiva, o juiz falou sobre a experiência ao longo dos mais de 20 anos na magistratura, sobre o papel da Justiça Eleitoral no Estado Democrático de Direito, combate à desinformação, sobre ser indicado como diretor da Escola Judiciária Eleitoral, entre outros assuntos.

Confira, a seguir, a entrevista completa:

ASCOM: Dr. Marcos, gostaríamos que o senhor se apresentasse para os servidores da Justiça Eleitoral que ainda não o conhecem, para os eleitores e os advogados que nos acompanham pelo informativo PLENARIUM. Conte-nos algumas das experiências profissionais que Vossa Excelência vivenciou antes de ser nomeado, no último dia 27 de abril, como juiz membro do Tribunal Regional de Sergipe?

Dr. Marcos: Primeiramente, gostaria de registrar a minha alegria e o meu orgulho de integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Tenho consciência das responsabilidades que são exigidas no exercício da função de juiz membro do colegiado do TRE-SE. Quanto à minha experiência profissional, registro que a minha vivência na magistratura sergipana se iniciou no ano de 1997, tendo passado por diversas Comarcas/Zonas Eleitorais do interior Estado, destacando-se, entre

elas, a Comarca de Simão Dias (22ª Zona Eleitoral), na qual judiquei por mais tempo (aproximados 07 anos). Desde o ano de 2008, titularizo a 12ª Vara Cível da Comarca de Aracaju (Vara da Fazenda Pública). Também já exerci as funções de juiz membro da Turma Recursal do Estado de Sergipe e, na esfera administrativa, as funções de juiz gestor de precatórios e juiz auxiliar da Presidência. Integrei o Conselho Administrativo e Pedagógico da Escola Judicial de Sergipe – EJUSE, estou atualmente na referida Escola na qualidade de coordenador do curso de Pós-Graduação e, também, no exercício da direção do Conselho Editorial da Revista da EJUSE.

ASCOM: Poucos países possuem um órgão judiciário permanente com jurisdição em matéria eleitoral. Também são poucas as nações que evoluíram a ponto de estabelecer uma entidade perene que seja responsável pela organização e divulgação dos resultados das eleições. No Brasil temos a Justiça Eleitoral, que acumula as duas funções! Ou seja, além de organizar toda a parte administrativa (cadastro de eleitores, organização da eleição, apuração, totalização, etc.), também é responsável por combater o abuso do poder político e econômico durante a corrida eleitoral, combater a compra de votos, coibir (aplicando a legislação vigente) a propaganda irregular, entre outras atribuições. Em sua visão, qual a importância da Justiça Eleitoral para o Estado Democrático de Direito?

Dr. Marcos: A Justiça Eleitoral é um pilar do Estado Democrático de Direito. É um ramo do Judiciário, a exemplo dos demais ramos, dotado de extrema essencialidade quanto às atribuições. Ano após ano, tem desenvolvido as atividades com extrema competência técnica e com reconhecimento do povo brasileiro. Por meio da Justiça Eleitoral, é assegurado o pleno exercício da democracia, o direito de votar e de ser votado, com liberdade, no propósito de buscar garantir a transparência e a lisura de todo o processo eleitoral. É um ramo do Judiciário repleto de desafios, que se renovam a cada eleição, tendo na urna eletrônica um dos instrumentos de maior

eficácia para a garantia de resultados seguros e que bem retratam a vontade do povo na escolha dos seus representantes.

ASCOM: Excelência, o senhor foi designado para exercer a presidência da Comissão Estadual de Combate à Desinformação com foco nas eleições de 2022. Analistas políticos avaliam que a eleição geral de 2022 promete ser a mais acirrada da nossa história republicana. Na condição de presidente desta importante comissão do TRE-SE, em sua ótica, em que proporção as *fake news* e a desinformação em geral contribuem de forma negativa para o debate público?

Dr. Marcos: Como anteriormente dito, a Justiça Eleitoral é repleta de desafios. A Comissão Estadual de Combate à Desinformação é uma dessas trincheiras na qual devemos ter especial atenção. As *fake news* e a desinformação são inimigas da democracia. Tentam ferir a transparência e a lisura do processo eleitoral com inverdades, induzindo o eleitor ao erro, à falsa percepção da realidade. A constatação de que a eleição geral de 2022 poderá ser das mais acirradas da nossa história republicana nos traz a certeza de que trabalhos como os realizados pela Comissão Estadual de Combate à Desinformação devem ser priorizados. A informação correta e adequada deve chegar à população, de forma necessária para possibilitar o discernimento do que é mentira daquilo que é verdade. A Justiça Eleitoral, não tenho dúvidas, está a altura desses desafios, no seu papel diuturno de contribuir para a garantia do processo democrático brasileiro.

ASCOM: O senhor também foi nomeado diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe? Qual a importância desse órgão dentro da estrutura da Justiça Eleitoral e qual a expectativa do Sr. para o desempenho da função.

Dr. Marcos: A Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe (EJESE) possui papel de extrema importância na estrutura do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, contribuindo de forma inquestionável para a qualificação de magistrados e servidores. Assumir a direção da EJESE também é motivo de

alegria e senso de responsabilidade. Espero contribuir para o desenvolvimento e para as ações da escola, trazendo comigo a experiência adquirida nas atividades desempenhadas junto à Escola Judicial de Sergipe – EJUSE, do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE). Desejo dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelos meus colegas antecessores e me somar à equipe da EJESE no propósito de fazer a Escola alcançar suas metas/finalidades.

ASCOM: O senhor gostaria de deixar uma palavra final para nossos leitores?

Dr. Marcos: Primeiramente, gostaria de agradecer aos membros do colegiado do TRE-SE, como também aos servidores do Tribunal pela acolhida. Retorno ao exercício da função eleitoral ciente dos desafios, mas tranquilo pela certeza de que buscarei desempenhar as minhas funções da melhor forma possível, contribuindo para que a Justiça Eleitoral continue a gozar do prestígio junto à opinião pública. Em relação aos nossos leitores, depois de me apresentar ao longo da entrevista, espero que nos possamos encontrar por aqui em outras oportunidades, por meio das notícias, certo de que estarei sempre à disposição.



Curriculum (resumido):

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (1994) e mestrado em Direito, Estado e Cidadania pela Universidade Gama Filho (2004).

Lecionou na Universidade Tiradentes – Unit (fevereiro/2005-junho/2007; abril/2009-fevereiro/2011), onde ministrou as disciplinas de Introdução ao Direito, Direito Administrativo I e Direito Administrativo II (Graduação Direito – Unit) e os módulos de Direito Administrativo e Teoria da Constituição (Pós-Graduação em Direito – Unit). Integra a Comissão da Pós-Graduação Lato Sensu da Escola Judicial de Sergipe – EJUSE desde agosto de 2014 (Resolução nº 01/2014). Ministrou o módulo de Direito Administrativo no Curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional, bem como o de Execução II no Curso de Pós-Graduação em Direito Processual Civil, ambos pela EJUSE. Fez parte do Conselho Administrativo e Pedagógico da EJUSE e, atualmente, exerce a direção do Conselho Editorial da Revista da referida escola. Tem experiência na área de Direito, civil e criminal, público e privado, com exercício do magistério e da magistratura Estadual (SE). É juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Comarca de Aracaju (Vara de Fazenda Pública). Atuação com ênfase em Direito Administrativo, Constitucional, Tributário e Processual Civil, principalmente, quanto aos temas relacionados ao controle jurisdicional dos atos da Administração Pública, notadamente sobre o prisma do princípio da eficiência, de modo geral, quanto aos tópicos atinentes à Administração Pública Direta e Indireta. Integrou a Turma Recursal do Estado de Sergipe por dois (02) biênios. Presidiu a Associação dos Magistrados de Sergipe – AMASE (2018). Exerceu a função de juiz Gestor de Precatórios (2015-2017), bem como, por duas oportunidades, a função de juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (2012-2013 e 2019-2021). Em 27/4/2021, tomou posse como juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e foi também designado para dirigir a Escola Judicial de Sergipe – EJESE.

Curriculum lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4138556E9>

Todo mundo conhece alguém que já foi **mesária** ou **mesário**...

Parceria entre **Ipea** e
TSE promove pesquisa
de opinião sobre as
Eleições 2020



Se você é mesário ou mesária e trabalhou nas Eleições Municipais de 2020, a Justiça Eleitoral quer saber a sua opinião.

Abra o convite enviado pelo aplicativo e participe da pesquisa nacional.

A pesquisa é uma parceria entre Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Ipea com o objetivo de conhecer o perfil de mais de 635 mil participantes e otimizar o processo eleitoral.